

# TOPONÍMIA RELIGIOSA DE TRADIÇÃO CATÓLICA NA DENOMINAÇÃO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: PASSADO E PRESENTE

Ana Paula Mendes Alves de Carvalho

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais*

## Resumo

Vinculado ao projeto *Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais* (ATEMIG) e orientado pelos pressupostos teóricos da Onomástica, este trabalho tem como objetivo apresentar resultados da pesquisa de pós-doutoramento, em que se observou, por meio de uma análise diacrônica, a presença da devoção religiosa de tradição católica, na denominação dos 5.570 municípios brasileiros. Nessa perspectiva, a partir da consulta à base de dados do IBGE, fez-se o levantamento de todos os municípios que têm (ou tiveram), em algum momento de sua história, nomes de santos e santas (*hagiotopônimos*), bem como nomes relativos às invocações da Nossa Senhora (*mariotopônimos*); o que, em terras brasileiras, configura-se como uma herança portuguesa, preservada ao longo das gerações, como um verdadeiro patrimônio sócio-linguístico-cultural.

Palavras-chave: língua; cultura; sociedade; toponímia religiosa; municípios brasileiros.

## Abstract

Linked to the *Toponymic Atlas of the State of Minas Gerais* (ATEMIG Project) and guided by the theoretical assumptions of Onomastics, this paper aims to present post-doctoral research results, in which, through a diachronic analysis, it was observed the presence of the religious devotion of Catholic tradition in the denomination of 5570 Brazilian municipalities. In this perspective, based on the consultation of the IBGE database, a survey was made of all municipalities that have or had, at some point in their history, names of saints - *hagiotoponyms* -, as well as names related to invocations of Our Lady - *mariotoponyms* - configuring, in Brazilian lands, a Portuguese heritage preserved over the generations as a true socio-linguistic-cultural heritage.

Keywords: language; culture; society; religious toponymy; Brazilian municipalities.

## INTRODUÇÃO

Os estudos toponímicos são de grande relevância para o conhecimento de aspectos históricos e socioculturais de um povo, uma vez que permitem a identificação de fatos linguísticos, de ideologias e crenças presentes no ato denominativo e, posteriormente, na sua permanência (ou não) em uma comunidade. Sob esse enfoque, merece destaque, por exemplo, a influência da religiosidade na motivação para a escolha dos nomes dados aos lugares ao longo do tempo.

No léxico toponímico brasileiro, isso pode ser percebido desde o primeiro contato do colonizador europeu com as terras recém-descobertas; o que se justifica, sobretudo, pelas circunstâncias que levaram ao descobrimento da terra e pelo momento histórico representado pelo quinhentismo português, em que a difusão dos preceitos da Igreja Católica representava uma preocupação máxima. Assim, em território brasileiro, o costume de dar aos lugares o nome de um santo vem sendo passado de geração para geração e pode ser observado ainda nos dias atuais,

“sendo possível até mesmo verificar-se a preferência regional pelo emprego sistemático de determinados santos e santas”. (DICK, 2010, p. 187)

É, pois, da intenção de registrar a preferência regional pelo emprego sistemático dessas denominações no Brasil, que surge a ideia da pesquisa de doutoramento intitulada *A presença da toponímia religiosa na denominação dos municípios brasileiros*, em que se propôs a investigar, por meio de uma análise diacrônica, os topônimos de natureza religiosa, mais especificamente dos *hagiotopônimos*, nomes de santos e santas de tradição católica e, por extensão, os *mariotopônimos*, nomes relativos às invocações da Virgem Maria, que estão presentes entre os 5.570 municípios brasileiros.

## RELIGIOSIDADE E TOPONÍMIA: A DEVOÇÃO AOS SANTOS E A NOSSA SENHORA NO BRASIL

Venerados como modelos de vida cristã e invocados como intercessores diante de Deus, os santos marcaram a história do cristianismo e, ainda hoje, são representativos em diversas esferas da sociedade. “*Encontramo-los na piedade popular, nas devoções e no culto litúrgico, nos nomes de batismo das pessoas e nos nomes de lugares, nas tradições dos povos e no folclore, nas lendas e nos provérbios, na arte e na literatura*”. Podemos, pois, dizer que eles fazem parte “*do património religioso da humanidade, assim como do seu património cultural*” (DAIX, 2000, p.11).

A devoção à Nossa Senhora, por sua vez, é um componente essencial do culto cristão desde a Antiguidade, sobretudo, depois do Concílio de Éfeso (435), quando se atribuiu a Maria o título de ‘Mãe de Deus’. De acordo com Dias (1987), a Idade Média fez com que a devoção à Virgem Maria invadisse toda a piedade cristã, desde a liturgia às artes e literatura. Desdobraram-se as festas do calendário litúrgico e da denominação “Santa Maria”; surgiram múltiplas invocações a Nossa Senhora; fomentando, assim, a construção de catedrais, igrejas e capelas, a ela dedicadas.

Desse modo, desde os primeiros tempos da Igreja, a Virgem Maria, os apóstolos e os mártires foram considerados santos e venerados pela comunidade de fiéis.

### *A devoção no Brasil: uma herança portuguesa*

A devoção fiel ao culto e à tradição da Igreja Católica sempre foi uma constante na nação ibérica. Esse costume se estendeu, à época dos descobrimentos e das conquistas ultramarinas, a todas as costas continentais e insulares aonde chegaram as embarcações lusas, como é o caso do Brasil.

A fé cristã e Igreja Católica apareceram na costa brasileira, no raiar do século 16, pelas mãos do Padroado Português Ultramarino. Os portugueses que descobriram as terras brasileiras e que nela se estabelecera, colonizando-a gradualmente, trouxeram também a sua fé cristã e transferiram para a colônia boa parte da organização eclesiástica que já tinham no reino, bem como aplicaram com grande desenvoltura o Regime de Padroado régio que devia ser introduzido nas terras ultramarinas de Portugal. A Igreja que nasce no Brasil no século 16 torna-se, a certo modo, uma extensão daquela Igreja Católica que existia em Portugal, com todas as suas características de expressar a fé cristã. (KUHNNEN, 2005, p.25)

A respeito dessa influência, Chaves (1957, p.178), explica que os portugueses não podiam estabelecer um hiato histórico e de ação entre o que era nacional em Portugal e o que tinha de ser igualmente nacional para além do mar. Se as instituições metropolitanas foram o padrão da colonização e da administração dos territórios ultramarinos e constituíram a força criadora dessa mesma atividade, era de se esperar que toda a vida espiritual dos navegantes e colonizadores fosse transferida para as terras ultramarinas. Vale ressaltar aqui que a religiosidade cristã portuguesa não se limitou ao do século XVI, pelo contrário, foi se fortalecendo ainda mais, no decorrer dos séculos.

Nesse contexto, devido à herança portuguesa, enraizada ancestralmente à religião cristã, a devoção à Nossa Senhora e aos santos, principalmente, àqueles ligados ao Cristo e à Mãe de Deus, como São José, Santa Ana, São Joaquim, São João Batista e São Pedro, sempre mereceu carinho especial do povo brasileiro.

Desse modo, apoiando-se em Andrade (2008, p. 254), é possível dizer que a concepção popular de santo é muito mais abrangente do que se possa imaginar, uma vez que inclui, além dos santos canonizados pela Igreja, todas as denominações locais e titulares de Maria Santíssima, de Jesus, bem como os santos locais e familiares. O que significa, em outros termos, que o culto a um determinado santo é histórico. Isto, porque sua representação nos permite perceber a maneira pela qual, uma determinada comunidade vive sua relação com a realidade social, definindo estratégias de convivência, a partir da necessidade de resolução de seus problemas; contexto em que se investe de poder um grupo de especialistas, os santos, capazes de restaurar a ordem daquilo que é interpretado como caótico, por intermédio do milagre.

### *Marcas da devoção no espaço geográfico: hagiotoponímia*

O costume de dar aos lugares o nome de um santo é muito antigo. Segundo González (2001), remonta à segunda metade do século VI, quando as igrejas catedrais e paroquiais não tinham patrono, mas as igrejas particulares, basílicas e oratórios já eram normalmente erigidas em honra de um santo. Assim, o santo passava a ser o símbolo da igreja e a lhe dar o nome, que, posteriormente, era atribuído também às terras e à freguesia, que iam se organizando nos arredores do templo religioso.

Nessa perspectiva, esse costume, que teve início na antiguidade cristã, foi, ao longo dos séculos, sendo perpetuado pelas gerações. E isto pode ser observado com nitidez, ainda nos dias atuais, porque “os nomes de lugar são como a ‘viva voz’ das pessoas, povos ou grupos desaparecidos, transmitidos de geração em geração, de boca em boca”. Assim, o topônimo “é propriedade de ninguém e, ao mesmo tempo, de todo mundo”. Possui, de algum modo, a memória coletiva de um povo, na medida em que, como um meio de comunicação, “testemunha o contexto de sua origem e revela as transformações de um povo” (MENÉNDEZ PIDAL, 1952 *apud* CARVALHO, 2012, p. 29).

Os nomes de lugar formados por nomes de santos constituem, nessa perspectiva, um grupo especial de topônimos em que se percebe com clareza a comunhão de aspectos psicológicos do ser humano com a geografia e a paisagem:

São muitas as localidades que se honram de ser chamadas com o seu patrono e os oragos estão vivos no imaginário popular até ao ponto de existir com eles um trato igualitário e fraternal: o santo está na igreja mas é um vizinho como outro qualquer a quem pedir favores e a quem se convida a participar das alegrias e das tristezas. Quando o santo dá nome à freguesia será por ter sido capaz de ganhar o apreço dos seus covizinhos, salvando-os das calamidades e acompanhando-os nos bons e maus momentos de suas vidas. (GONZÁLEZ, 2001, p. 63)

Surgem aí os hagiopônimos, vocábulo constituído dos elementos gregos *hagios* (santo), *topos* (lugar) e *onoma* (nome).

O esquema linguístico é sempre o mesmo: um hagiônimo (nome de santo) serve de determinante a um nome comum que exprime a noção de núcleo populacional: lugar, vila, aldeia, etc. Este pode passar a ser apenas subentendido, dizendo-se (*villa*) *sancti Martini* com omissão do primeiro termo, ou mais tarde, depois da queda em desuso do genitivo, no lugar de vila de S. Martinho, simplesmente S. Martinho. O genitivo latino, que deu lugar a um conjunto numeroso de topônimos peninsulares, constitui um testemunho seguro da antiguidade dos núcleos populacionais, e também do culto aos respectivos santos. (GONZÁLEZ, 2001, p. 65)

De acordo com Dick (1990a, p. 311), os hagiopônimos constituem uma subdivisão dos hierotopônimos, *taxe* toponímica referente aos nomes sagrados de diferentes crenças. Essa terminologia difere, em certa medida, daquela usada na Espanha, por Luís Lopes Santos, que define hagiopônimo “como todo vocábulo do léxico religioso convertido em topônimo, isto é, vinculado ao geográfico e convertido em nome de lugar”.

A autora reconhece a divergência e esclarece que isso não invalida a classificação brasileira, “trata-se, tão somente, de uma inversão de conceitos: o que para um, é visto sob uma perspectiva particularizante, para o outro é percebido sob um caráter global e abrangente, o que, em absoluto, não desnatura a substância de conteúdo dos elementos pesquisados” (1990a, p. 311).

Neste trabalho, adotamos a terminologia de Dick, isto é, consideramos hagiopônimos apenas os nomes de lugar que se referem aos santos e santas do hagiológico romano. Ressaltamos, entretanto, que os topônimos que receberam a denominação de *Santa Maria*, apesar de trazerem em sua constituição sintagmática o qualificativo ‘*santa*’ não foram classificados como hagiopônimos e sim como *mariotopônimos*, designação dada por Carvalho (2014) aos nomes de Nossa Senhora. Essa decisão metodológica se justifica pelo fato de, conforme mostrou a literatura consultada, as inúmeras invocações de Nossa Senhora existentes surgiram, na Idade Média, a partir do hagiônimo *Santa Maria*. Além disso, as denominações anteriores *Nossa Senhora de Belém do Grão do Pará* e *Santa Maria do Belém do Pará* da cidade de Belém (PA) parece corroborar essa correlação de sinonímia entre os termos *Nossa Senhora* e *Santa Maria*; o que, mais uma vez, justifica o que foi explicado anteriormente.

No âmbito dos estudos toponímicos, vários estudos têm mencionado a influência da devoção aos santos e à Virgem Maria, na nomeação dos acidentes geográficos. Alguns deles, assim como a presente pesquisa, referem-se especificamente a essa temática, podendo ser citados<sup>1</sup>:

- na Polónia, “*Geographical Names Deriving from Saints' Names (Patrocinia) in Poland*”, de Czopek-Kopciuch (2011);
- na Húngria, “*Patrocinia Settlement Names in the Carpathian Basin*”, de Tóth (2011);
- Na República Tcheca e na Eslováquia, “*Patrocinia Settlement Names in the Czech Republic and Slovakia*”, de Stepán (2011);

- na Alemanha, “*Patrocinium Settlement Names in Eastern Germany*”, de Hengst (2011), “*Patrocinium Settlement Names in North-Western Territories of Germany*”, de Casemir (2011), “*Sankt Blasien – Sammarei – Helena: Place Names with Sankt in Bavaria and Baden-Wurttemberg*”, de Buncher (2011);
- na França, “*La Religion dans la Toponymie*” de Lejeune (2002) e os estudos homônimos “*Patrocinium Settlement Names in France*”, de Billy (2011) e Tavardet & Gendron (2011);
- na Itália, “*Patrocinium Settlement Names in Italy*”, de Marcato (2011);
- na Espanha, “*Influencia de la devoción popular em la Onomástica*”, de Iríbar (1982); “*Hagiotoponímia a la Segarra*”, de Rubinat (1985), “*Alguns nomes de santos, do latim ao galego-português*”, de González (2001); “*Hagiotoponyms in Catalonia (Spain)*”, de Tort-Donada (2011) e “*Contributions to Spanish Hagiotoponyms*” de Sastre (2011);
- em Portugal, “*As influências religiosas na formação da Antroponímia e da Toponímia de Portugal*” de Chaves (1957); e “*Hierotoponímia portuguesa: os nomes de Nossa Senhora*”, de Carvalhinhos (2005) e,
- no Brasil, “*A hierotoponímia no Brasil*”, de Dick (1990b) e “*Hagiotoponímia em Minas Gerais*”, de Carvalho (2014).

Tendo em vista as questões sócio-históricas de como ocorreu o povoamento em terras brasileiras, além do estudo de Dick (1990b), a presente pesquisa pautou-se, sobretudo, naquelas pesquisas desenvolvidas acerca da toponímia portuguesa. Isto porque, conforme pontua Dick (1990b, p. 156), a religiosidade lusitana encontra no novo continente o clima fecundo ao seu expansionismo. Na carta de Pero Vaz de Caminha à Coroa Portuguesa, por exemplo, é possível perceber topônimos relacionados ao costume, dominante entre os navegadores, de nomear os acidentes geográficos, de acordo com as inscrições do calendário religioso romano, como se verifica em Monte Pascoal (ou Pascal), já que a chegada à nova terra ocorreu na época da Páscoa.

Ressalta-se ainda que essa preocupação do homem português, de deixar a sua crença registrada na toponímia local, evidencia-se desde as primeiras denominações dadas à nação.

O próprio topônimo "Brasil" ilustra o exposto, uma vez que o processo gerativo do topônimo traz em sua gênese o entrelaçamento de distintos olhares sobre o espaço nomeado, certamente, influenciados pela ideologia subjacente aos propósitos dos navegadores portugueses e à consequente visão de mundo do colonizador, no histórico momento da "descoberta" e/ou "achamento" do novo território. A "terra à vista" anunciada pelo navegador é percebida, enquanto porção de terra firme, inicialmente, como uma grande ilha, percepção essa do referente que motivou a geração do primeiro topônimo utilizado pelos navegadores para nomear a nova terra descoberta e imprimir-lhe uma marca de identificação. Assim da combinação entre "ilha", elemento genérico, concreto, e o termo específico "cruz", símbolo que evoca as Grandes Navegações Portuguesas - a Cruz de Cristo, símbolo da Ordem de Cristo", criada em Portugal, no século XIV, era ostentada nas caravelas e naus portuguesas -, antecedido de Vera (verdadeira) surge a Ilha da Vera Cruz. Todavia, a imensidão da área logo se encarregou de desfazer o equívoco e a nova visão do espaço geográfico se materializa por meio do termo genérico terra, motivando a origem do novo signo toponímico identificador do território que substituiu o anterior, agora, a Terra de Santa Cruz. Nota-se que o processo gerativo desses designativos está focado na visão do colonizador e marcado pelo sema do "sagrado". O olhar restritivo da "ilha" de Vera Cruz amplia-se para o foco da "terra" de Santa Cruz, designativo agora impregnado de forma ainda mais nítida pela sacralidade impressa no formante "santa": Ilha de Vera Cruz ~ Terra de Santa Cruz. (ISQUERDO, 2012, p. 119)

Desse modo, pode-se dizer que, desde o início da colonização das terras brasileiras, os acidentes locais, em sua maioria, foram sendo nomeados por influência desse costume português de fazer menção à sua religião, como, por exemplo, fazendo tributo aos santos e santas, do dia da

chegada (ou da descoberta de algum elemento da paisagem). “O domínio da terra pelo europeu, assim, antes de ocorrer pela força, fez-se pela língua.” (DICK, 2006, p. 95).

De acordo com Barbosa (1995), os portugueses que vieram povoar o Brasil eram originários de várias províncias de Portugal: Minho, Beira-Alta, Estremadura, Alentejo, entre outros. Havia gente do Norte, do Sul, do Centro, entretanto, um sentimento comum a todos unia: muita religiosidade. Cada família recém-chegada ao Brasil tinha seu oratório, com a imagem do santo ou da santa, a quem dirigia suas preces.

Foi esse espírito de religiosidade que os portugueses, de um modo geral, transplantaram para os primeiros núcleos povoados em terras brasileiras, o que pode ser percebido, por exemplo, quando se observa o histórico das denominações dos municípios brasileiros, conforme foi feito neste estudo.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Orientado pelos pressupostos teóricos dos estudos do léxico, que se fundamentam na inter-relação língua, cultura e sociedade (SAPIR, 1961; MATORÉ, 1953); e focalizando os nomes dos 5.570 municípios brasileiros, este trabalho resulta de reflexões desenvolvidas em Carvalho (2014), em que se observou, por meio de uma análise diacrônica, como ocorreu o processo designativo, a partir de topônimos religiosos em Minas Gerais.

Para tanto, adotando-se o conceito de cultura de Duranti (2000) e os princípios da ciência onomástica, encontrados em Dauzat (1926) e Dick (1990a, 1990b, 2004 e 2006); a pesquisa contou com dois *corpora*: o primeiro, que foi obtido a partir da consulta ao banco de dados do projeto ATEMIG<sup>ii</sup>, composto de 5.649 topônimos; e o segundo, que foi organizado por meio da consulta a mapas dos séculos XVIII e XIX, que integram o trabalho *Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província*, organizado por Costa *et al.* (2002), constituído de 647 topônimos. Assim, por meio da análise comparativa, percebeu-se como o processo designativo, a partir de topônimos religiosos, se deu diacronicamente no Estado de Minas Gerais.

No que se refere especificamente aos nomes de municípios mineiros, observou-se que, das 853 denominações, sincronicamente, 103 (12% do total) correspondem a nomes relativos à Nossa Senhora e aos santos e santas da Igreja Católica. Diacronicamente, entretanto, outros 329 municípios (38,6% do total) já tiveram, ao longo de sua história, designações toponímicas dessa mesma natureza; alguns deles, com mais de uma denominação, como é o caso do município de *Água Boa*, cujos topônimos anteriores foram: *São José da Água Boa* e *Santana da Água Boa*.

Dessa forma, considerando as denominações, anterior (12%) ou atual (38,6%); têm-se 432 municípios que foram designados, em algum momento de sua história, por topônimos religiosos, o que equivale a 50,6% do total (de 853 municípios). Nessa perspectiva, dando continuidade à análise desenvolvida em relação à presença da influência religiosa nas denominações dos 853 municípios do Estado de Minas Gerais, propôs-se investigar essa mesma influência na denominação dos municípios de todos os outros estados brasileiros.

Para tanto, fez-se a coleta dos dados, a partir da consulta à base de dados do IBGE, mais especificamente, ao site <https://cidades.ibge.gov.br/>, em que se tem informações de todos os municípios brasileiros. Dentre essas informações, há no site uma aba referente à história do município, em que se buscou o registro de todas as suas denominações anteriores. A título de ilustração, vale mencionar *Mogi das Cruzes*, município de São Paulo, que, anterior a essa denominação, foi chamado de: *Sant' Ana de Mogy Mirim* e, depois, de *Santana de Mogi das Cruzes*.

Feito o levantamento de todos topônimos relativos aos municípios brasileiros, que têm (ou que tiveram), em algum momento de sua história, nomes de santos, santas ou de invocações de Nossa Senhora, esses dados foram primeiramente organizados em planilhas eletrônicas no Microsoft Excel® e, na sequência, foram tabulados e quantificados, para sistematização e análise.

Vale ressaltar que, conforme mencionado anteriormente, foi adotada a terminologia de Dick (1990b), ou seja, foram considerados como *hagiotopônimos*, os nomes de lugar que se referem aos santos e santas do hagiológio romano. Os topônimos que receberam a denominação de *Santa Maria*, entretanto, apesar de trazerem em sua constituição sintagmática o qualificativo 'santa', não foram classificados como hagiotopônimos; mas sim, como *mariotopônimos*, designação dada por Carvalho (2014) aos nomes de *Nossa Senhora*.

## APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para investigar como se deu a presença da toponímia religiosa na denominação dos 5.570 municípios brasileiros, tanto sincrônica quanto diacronicamente, fez-se necessário checar as informações referentes à evolução histórica de cada município, o que foi possível graças à consulta feita no site do IBGE Cidades (<https://cidades.ibge.gov.br/>), mais especificamente ao item "história & fotos", em que foi feita a leitura atenta de todas as informações referentes à constituição histórica do município.

Nessa leitura, foram focalizados, além da denominação atual, todos os nomes anteriores do município, a fim verificar a tendência denominativa, no que se refere à preferência regional por nomes de santos e santas da Igreja Católica e por invocações marianas; além de identificar, quando possível, casos de mudanças toponímicas.

Dessa pesquisa, constatou-se que, do total de 5.570 municípios brasileiros, sincronicamente, 547 (9,8% do total) são nomes relativos à Nossa Senhora e aos santos e santas da Igreja Católica. Diacronicamente, entretanto, outros 987 municípios (17,7% do total) já tiveram, ao longo de sua História, designações toponímicas dessa mesma natureza; alguns deles, com mais de uma denominação dessa natureza, como é o caso de *Divino de São Lourenço* (ES), cujos topônimos anteriores já foram *São Tiago* e *São Lourenço*.

Dessa forma, considerando as denominações, anterior (9,8%) ou atual (17,7%), têm-se que 1.534 municípios foram designados, em algum momento de sua História, por topônimos religiosos, o que equivale a 27,5% do total de municípios brasileiros. A seguir, nas Tabelas 1 e 2, tem-se a sistematização dos dados por região e por estado, respectivamente.

Tabela 1. Distribuição das denominações de motivação religiosa dos municípios brasileiros por região.

Região	Total de municípios	Denominações atuais com topônimos religiosos (%)	Denominações anteriores com topônimos religiosos (%)	Outras denominações (%)
Sudeste	1668	174 (10,4%)	529 (31,7%)	965 (57,8%)
Sul	1191	111 (9,3%)	124 (10,4%)	956 (80,3%)
Nordeste	1793	184 (10,3%)	221 (12,3%)	1388 (77,4%)
Norte	450	42 (9,3%)	50 (11,1%)	358 (79,6%)
Centro-oeste	466	36 (7,7%)	62 (13,5%)	368 (78,8%)
<b>Total</b>	<b>5570</b>	<b>547 (9,8%)</b>	<b>987 (17,7%)</b>	<b>4035 (72,5%)</b>

Elaborado pela autora.

Tabela 2. Distribuição das denominações de motivação religiosa dos municípios brasileiros por estado.

Região	Estado	Total de municípios	Denominações atuais com topônimos religiosos (%)	Denominações anteriores com topônimos religiosos (%)	Outras denominações (%)
Sudeste	Minas Gerais	853	103 (12%)	329 (38,6%)	421 (50,6%)
	São Paulo	645	52 (8%)	133 (20,6%)	460 (71,4%)
	Rio de Janeiro	92	11 (12%)	46 (50%)	35 (38%)
	Espírito Santo	78	8 (10,2%)	21 (27%)	49 (62,8%)
Sul	Rio Grande do Sul	497	57 (11,5%)	56 (11,3%)	384 (77,2%)
	Paraná	399	25 (6,3%)	39 (10%)	335 (83,7%)
	Santa Catarina	295	29 (10%)	29 (10%)	237(80%)
Nordeste	Bahia	417	24 (5,8%)	86 (20,6%)	307 (73,6%)
	Piauí	224	31 (13,8%)	17 (7,6%)	176 (78,6%)
	Paraíba	223	31 (14 %)	18 (8%)	174 (78%)
	Maranhão	217	34 (15,7%)	19 (8,7%)	164 (75,6%)
	Pernambuco	185	14 (7,6%)	21 (11,4%)	150 (81%)
	Ceará	184	7 (3,8%)	29 (15,8%)	148 (80,4%)
	Rio Grande do Norte	167	20 (12%)	9 (5,4%)	138 (82,6%)
	Alagoas	102	10 (9,8%)	3 (2,9%)	89 (87,3%)
Sergipe	75	13 (17,3%)	19 (25,3%)	43 (57,4%)	



Norte	Pará	144	18 (12,5%)	20 (13,9%)	106 (73,6%)
	Tocantins	139	11 (7,9%)	13 (9,4%)	115 (82,7%)
	Amazonas	62	5 (8,1%)	15 (24,2%)	42 (67,7%)
	Rondônia	52	4 (7,7%)	-	48 (92,3%)
	Acre	22	1 (4,5%)	-	21 (92,3%)
	Amapá	16	1 (6,25%)	1 (6,25%)	14 (87,5%)
	Roraima	15	2 (13,3%)	1 (6,7%)	12 (80%)
Centro-Oeste	Goiás	246	21 (8,5%)	42 (17 %)	183 (74,5%)
	Mato Grosso	141	13 (9,2%)	13 (9,2%)	115 (81,6%)
	Mato Grosso do Sul	79	2 (2,5%)	7 (8,9%)	70 (88,6%)
	<b>Total</b>	<b>5570</b>	<b>547 (9,8%)</b>	<b>987 (17,7%)</b>	<b>4035 (72,5%)</b>

Elaborado pela autora.

De forma geral, verifica-se que, em todas as regiões brasileiras, há uma tendência de mais nomes religiosos nas denominações anteriores do que nas denominações atuais, sendo mais frequentes na Região Sudeste e menos frequentes na Região Sul. No que se referem às unidades federativas, observa-se que os nomes de santos, santas e de invocações à Nossa Senhora se fazem presentes, de forma significativa, nas denominações dos municípios de todos os estados brasileiros, tanto em suas denominações atuais quanto em alguma denominação anterior.

Merecem destaque, por exemplo, os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Sergipe e Amazonas, por apresentarem, respectivamente, 50%, 38,6%, 27%, 25,3% e 24,2% de topônimos; que, em algum momento da sua História, tiveram nomes de santos e santas católicas ou invocações marianas. Os estados de São Paulo e Bahia estão nessa mesma direção, já que ambos apresentam 20,6% de municípios que tiveram denominações anteriores com motivação religiosa.

Dentre os sete estados mencionados acima, quatro compõem a Região Sudeste, o que reforça o que já foi dito anteriormente em relação ao fato de ser essa, a região que mais se destacou quanto à presença de nomes religiosos nas denominações de seus municípios. Os três outros estados são o Amazonas (na Região Norte), Bahia e Sergipe (na Região Nordeste). Este último, Sergipe, apresenta também um considerável número de cidades atualmente denominadas com nomes de Nossa Senhora, o que não é comum, nem mesmo na região Sudeste; onde essas denominações apareceram muito em períodos anteriores, mas não aparecem mais, sobretudo, depois que decretos-lei previram a regulamentação toponímica dos municípios brasileiros, datados do século XX (mais precisamente, de 1938 e 1943). Esses decretos, em resumo, condenam a existência de nomes repetidos para municípios e desaconselham a adoção de topônimos designados por meio de datas, vocábulos estrangeiros, nomes de pessoas vivas e expressões com mais de duas palavras; recomendando ainda, a adoção de nomes indígenas com propriedade local (COSTA, 1970, p. 30-31).

Por outro lado, merecem ser mencionados os estados do Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte, todos na Região Nordeste, por apresentarem mais denominações atuais com nomes religiosos do que denominações anteriores, como a maioria dos estados brasileiros.

No que se refere às denominações mais recorrentes na toponímia brasileira, observou-se que, tanto sincrônica quanto diacronicamente, os nomes de santos se destacam, sobretudo aqueles de culto popular bastante difundido no Brasil, tais como: *Santo Antônio*, *São José* e *São João* (esses dois, com o mesmo número de ocorrências), *São Sebastião*, *São Pedro*, *São Francisco*, *São Miguel*, *São Domingos* e *São Bento*, que aparecem, nessa ordem, quanto ao número de ocorrências, dentre todas as regiões brasileiras. Há também aqueles que aparecem apenas em algumas regiões; o que, em alguns casos, pode ser reflexo de cultos regionais. Citam-se, por exemplo, *São Lourenço* e *São Roque*, que aparecem nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste; *São Benedito* e *São Gonçalo*, nas Regiões Sudeste e Nordeste; e *São Geraldo*, nas Regiões Sudeste, Norte e Centro-oeste.

Já entre os nomes de santas mais recorrentes no Brasil, utilizados na nomeação de cidades, *Santa Ana* (ou *Santana*) é o que aparece com maior destaque em todas as regiões. Na sequência, estão os hagiônimos *Santa Rita*, *Santa Luzia*, *Santa Bárbara* e *Santa Rosa*. Como relacionados aos cultos regionais, isto é, que aparecem apenas em algumas regiões, estão: *Santa Helena*, *Santa Quitéria*, *Santa Tereza* e *Santa Terezinha*.

Os nomes de Nossa Senhora, por sua vez, aparecem, em sua maioria, em denominações anteriores dos municípios; sendo que *Nossa Senhora da Conceição* e *Nossa Senhora do Rosário* se destacam em todas as regiões brasileiras. Entre as invocações presentes em apenas algumas regiões, estão: *Nossa Senhora da Abadia*, *Nossa Senhora da Piedade*, *Nossa Senhora das Dores*, *Nossa Senhora do Carmo*, *Nossa Senhora do Patrocínio* e *Santa Maria*.

Desse modo, em maior ou menor grau, a toponímia religiosa se faz presente nas denominações dos municípios em todos os estados brasileiros. Cumpre lembrar aqui também as ocorrências únicas de culto não reconhecido popularmente; que, geralmente, se referem a homenagens feitas pelo fundador da localidade, como é o caso de *Santa Albertina* (SP), *Santa Carmen* (MT) e *Santa Brígida* (BA), que surgiram para homenagear, respectivamente, mãe, tia e esposa dos fundadores desses municípios, conforme foi encontrado no site IBGE Cidades. Esses casos parecem poder se encaixar na classificação de *hagiotopônimos aparentes* de Lima (1997) *apud* Anjos (2012, p. 64-65), que, segundo a autora, refere-se aos topônimos de inspiração política, cujo objetivo é homenagear pessoa relacionada aos fundadores e (ou) personagens influentes, não sendo considerado, portanto, um *hagiotopônimo autêntico*.

Na Figura 1, apresenta-se uma representação cartográfica dos dados no território brasileiro.

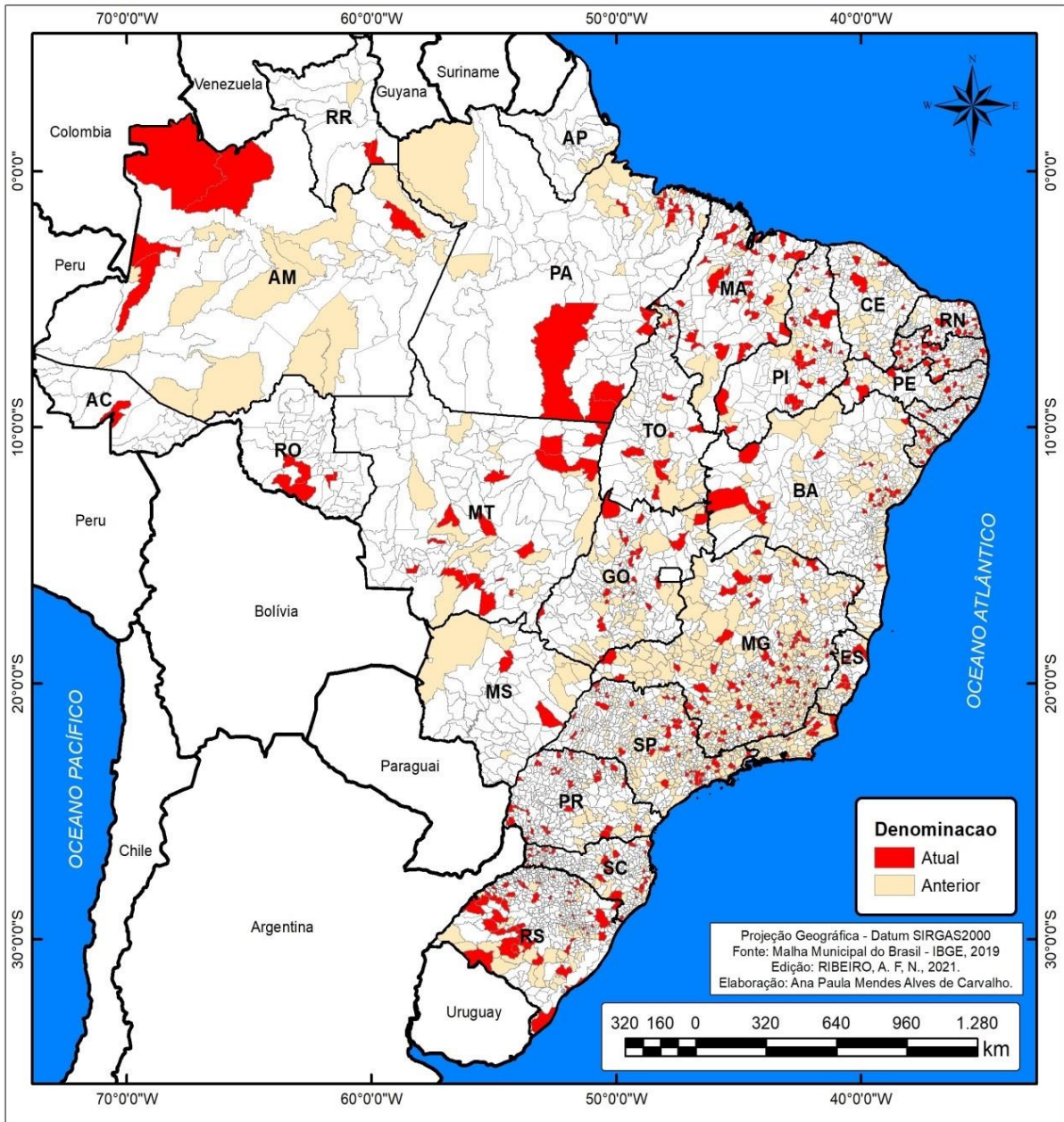


Figura 1. Distribuição das denominações de motivação religiosa anteriores e atuais nos municípios brasileiros.

Elaborado pela autora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste trabalho foi investigar a presença da religiosidade nas denominações toponímicas dos municípios brasileiros, tanto sincrônica quanto diacrônica, considerando-se que esses nomes de lugar, de origem religiosa, revelariam significativas

informações sobre a constituição do léxico-toponímico de 5.570 municípios brasileiros, que estão organizados em cinco regiões.

Nessa perspectiva, de grande relevância para o conhecimento de aspectos históricos e socioculturais de um povo, estudos toponímicos como este permitem que sejam identificados fatos linguísticos, ideologias e crenças, presentes no ato denominativo e, posteriormente, na sua permanência (ou não) em uma comunidade. Isto, porque, concebido como uma forma lexical, que tem a função de identificar um ponto concreto da geografia (individualizando-o), o topônimo (ou o nome próprio de lugar) guarda estreita relação com o contexto histórico-político da comunidade, representando, assim, o resultado da ação do nomeador; que, por meio da designação de determinado acidente geográfico, registra para a posteridade o momento presente.

Em síntese, observou-se que o costume de dar aos lugares um nome de santo, em terras brasileiras, sempre foi uma constante nos diversos períodos de sua História, desde o início do povoamento até os dias atuais, o que se revela como uma herança portuguesa, que tem sido preservada ao longo das gerações, como um verdadeiro patrimônio sócio-linguístico-cultural.

Com a certeza de que há ainda muito sobre o assunto para ser explorado, ao finalizar este artigo, espera-se que a proposta inicial tenha sido alcançada e que esta seja uma pequena contribuição para os estudos que se pautam na inter-relação língua, cultura e sociedade.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, S.R. de. **A religiosidade católica e a santidade do mártir**. Projeto História, São Paulo, n. 37, p. 237-260, dez. 2008.

ANJOS, M.A.L. **Marcas toponímicas em solo piauiense: seguindo as trilhas das águas**. Tese (Doutorado). Minas Gerais: Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

BARBOSA, W. de A. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1995.

BILLY, P. H., **Patrocinny Settlement Names in France**. In.: TÓTH, V. (org). Patrocinny Settlement Names in Europe. Debrecen-Helsinki, 2011. (Urálca Onomástica; 8). Disponível em: <<http://mek.oszk.hu/10500/10518/10518.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

BUNCHER, S., **Sankt Blasien — Sammarei — Helena**. In.: TÓTH, V. (org). Patrocinny Settlement Names in Europe. Debrecen-Helsinki, 2011. (Urálca Onomástica; 8). Disponível em: <<http://mek.oszk.hu/10500/10518/10518.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

CARVALHINHOS, P. de J. Hierotoponímia Portuguesa. **Os nomes de Nossa Senhora**. In: IX Congresso Nacional de Linguística e Filologia, Rio de Janeiro. Livro de Resumos e Prorrogação. v. IX. Rio de Janeiro: Cifefil, 2005. p. 75-76.

CARVALHO, A.P.M.A. **Hagiotoponímia em Minas Gerais**. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

CARVALHO, F. de A. **Entre a palavra e o chão: memória toponímica da estrada real**. Tese (Doutorado). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em linguística, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

CASEMIR, K., **Patrocinny Place Names in the North-Western Territories of Germany**. In.: TÓTH, V. (org). *Patrocinny Settlement Names in Europe*. Debrecen-Helsinki, 2011. (Urálca Onomástica; 8). Disponível em: <<http://mek.oszk.hu/10500/10518/10518.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

CHAVES, L. **Influências religiosas na formação da Toponímia e Antroponímia em Portugal**. Lisboa: Tip. Casa Portuguesa, 1957. Disponível em <[http://bibliotecas.patrimoniocultural.pt/oarqueologo/OAP\\_S2\\_v3\\_1956/OAP\\_S2\\_v3\\_1956\\_150dpi.pdf/p177-210/p177-210.pdf](http://bibliotecas.patrimoniocultural.pt/oarqueologo/OAP_S2_v3_1956/OAP_S2_v3_1956_150dpi.pdf/p177-210/p177-210.pdf)>. Acesso em: 16 abr. 2014.

COSTA, A.G.; RENGGER, E.F.; FURTADO, J.F.; SANTOS, M.M.D. dos. **Cartografia das Minas Gerais – da Capitania à Província**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

COSTA, J.R. **Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da divisão territorial administrativa**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1970.

CZOPEK-KOPCIUCH, B., **Geographical Names Deriving from Saints' Names (Patrocinia) in Poland**. In.: TÓTH, V. (org). *Patrocinny Settlement Names in Europe*. Debrecen-Helsinki, 2011. (Urálca Onomástica; 8). Disponível em: <<http://mek.oszk.hu/10500/10518/10518.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

DAIX, G. **Dicionário dos Santos: do calendário romano e dos beatos portugueses**. Lisboa: Terramar, 2000.

DAUZAT, A. **Les noms de lieux**. Paris: Delagrave, 1926.

DIAS, G.J.A.C. **A devoção do povo português a Nossa Senhora nos tempos modernos**. Revista da Faculdade de Letras, História, n. 4, p. 227-256, 1987. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2061.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

DICK, M.V.P.A. **Etnia e etnicidade. Um outro modo de nomear**. Projetos ATESP/ATB. In: ISQUERDO, A.N.; FINATTO, M.J.B. (org.). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. v. IV. Campo Grande (MS): Ed. UFMS; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

DICK, M.V.P.A. **Fundamentos Teóricos da Toponímia. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil)**. In: SEABRA, M.C.T.C. (org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. p. 91-117.

DICK, M.V.P.A. **Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira**. In: ISQUERDO, A.N. *As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. II. Campo Grande, MS: UKRIEGER, M. da G. (org.). FMS, 2004. p. 121-130.

DICK, M.V.P.A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo; Edições Arquivo do Estado, 1990a.

DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.

DURANTI, A. **Antropologia Linguística**. Pedro Tena (trad.). Madrid: Cambridge University Press, 2000.

GONZÁLEZ, J.D. **Alguns nomes de santos, do latim ao galego-português**. Cad. Vianenses, Universidade de Santiago de Compostela, v. 30, p. 63-79, 2001. Disponível em: <<http://gib.cm-viana-castelo.pt/documentos/20081013125552.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

HENGST, K. **Patrocinny Settlement Names in Eastern Germany**. In.: TÓTH, V. (org). Patrocinny Settlement Names in Europe. Debrecen-Helsinki, 2011. (Urálca Onomástica; 8). Disponível em: <<http://mek.oszk.hu/10500/10518/10518.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Informações sobre os municípios brasileiros**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

IRÍBAR, M.R.A. **Influencia de la devoción popular en la onomástica**. Saitabi: Revista de la Facultat de Geografia i Història, n. 32, p. 5-16, 1982.

ISQUERDO, A.N. **Léxico regional e léxico toponímico: interfaces histórica e culturais**. In: Aparecida Negri Isquerdo; Maria Cândida Trindade Costa de Seabra. (org.). As Ciências do Léxico. Lexicologia, lexicografia e terminologia. v. VI. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 2012. p. 115- 140

KUHNEN, A. **As origens da Igreja no Brasil – 1500-1552**. Bauru: Edusc, 2005. p. 11-37.

LEJEUNE, Sylvie. La religion dans la toponymie In: **Actes du Festival International de Géographie**. (2002) Disponível em [http://archives-fig-stdie.cndp.fr/actes/actes\\_2002/lejeune/article.htm](http://archives-fig-stdie.cndp.fr/actes/actes_2002/lejeune/article.htm). Acesso em 10 dez. 2013.

MARCATO, C. **Patrocinny Settlement Names in Italy**. In.: TÓTH, V. (org). Patrocinny Settlement Names in Europe. Debrecen-Helsinki, 2011. (Urálca Onomástica; 8). Disponível em: <<http://mek.oszk.hu/10500/10518/10518.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

MATORÉ, G. **La méthode em lexicologie**. Domaine Française. Paris: Didier, 1953.

RUBINAT, A.T.I. **Hagiotoponímia a la Segarra. Miscellània Ceverina-III**, Cervera, n. 3, p.11-28, 1985. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/MiscellaniaCerverina/article/viewFile/132161/182361>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

SAPIR, E. **Linguística como ciência**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1961.

SASTRE, M. S. **Contributions to Spanish Hagiotoponyms**. In.: TÓTH, V. (org). Patrocinny Settlement Names in Europe. Debrecen-Helsinki, 2011. (Urálca Onomástica; 8). Disponível em: <<http://mek.oszk.hu/10500/10518/10518.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

STEPÁN, P. **Patrocinny Settlement Names in the Czech Republic and Slovakia**. In.: TÓTH, V. (org). Patrocinny Settlement Names in Europe. Debrecen-Helsinki, 2011. (Urálca Onomástica; 8). Disponível em: <<http://mek.oszk.hu/10500/10518/10518.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

TAVARDET, G.; GENDRON, S., **Patrocinny Settlement Names in France** . In.: TÓTH, V. (org). **Patrocinny Settlement Names in Europe**. Debrecen-Helsinki, 2011. (Urálca Onomástica; 8). Disponível em: <<http://mek.oszk.hu/10500/10518/10518.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

TORT-DONADA, J. Hagiotoponyms in Catalonia (Spain) *In.*: TÓTH, V. (org). **Patrociny Settlement Names in Europe. Debrecen-Helsinik, 2011.** (Urálca Onomástica; 8). Disponível em: <<http://mek.oszk.hu/10500/10518/10518.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

TÓTH, V. (org). **Patrociny Settlement Names in Europe.** Debrecen-Helsinik, 2011. (Urálca Onomástica; 8). Disponível em: <<http://mek.oszk.hu/10500/10518/10518.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

---

i Todos os trabalhos de 2011 listados a seguir podem ser encontrados em Tóth(2011).

ii O Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais – é um projeto em desenvolvimento, desde 2005, na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais sob a coordenação da Professora Doutora Maria Cândida Trindade Costa de Seabra. Em sua primeira etapa, o ATEMIG fez o levantamento e a classificação toponímica de todos os acidentes físicos e humanos do estado, documentados em cartas geográficas – fontes do IBGE, com escalas que variam de 1: 50.000 a 1: 250.000, perfazendo um total de cerca de 85 mil topônimos.